

Plano Brady recebe críticas

Para o banco francês Paribas, ele nem chega a ser propriamente um plano

ROBERT APPY

O Plano Brady é uma iniciativa norte-americana e, apesar do aval que recebeu recentemente dos países devedores (Grupo dos Oito), dos credores (grupos dos Sete e dos Dez) e dos organismos internacionais, em particular do FMI, que acaba de definir as regras para sua contribuição, é necessário saber como vem sendo analisado fora dos Estados Unidos.

O banco francês Paribas, por exemplo, publicou interessante estudo no qual conclui que o Plano Brady, em certos círculos, tem despertado cautela. O estudo do banco reconhece que na realidade o Plano Brady não é propriamente um plano, o que, alias, lhe garante certa flexibilidade, aliada principalmente à grande pragmatismo.

Ele inclui conceitos e práticas já existentes, que permitiram, entre 1985 e 1988, a redução em US\$ 28,3 bilhões da dívida externa dos países do Terceiro Mundo. O estudo salienta as dificuldades a serem enfrentadas pelo Plano Brady para evoluir, que seus efeitos reais poderão ser diluídos, para decepção dos países endividados.

O objetivo do Plano Brady seria eliminar, no prazo de três anos, 20% da dívida (com desconto entre 30% e 60%) de 39 países, ou seja, obter diminuição de US\$ 70 bilhões. A consecução desse objetivo impõe três difíceis condições:

1 — A suspensão, durante três anos, das cláusulas legais que regulamentam, desde 1982, as relações entre credores e devedores;

2 — Modificação das normas contábeis e tributárias, que variam de um país para outro;

3 — Aporte financeiro importante dos organismos internacionais de crédito, que o Tesouro norte-

americano avalia entre US\$ 20 bilhões e US\$ 25 bilhões.

Existem também, continua o estudo, questões de princípios que não podem ser esquecidas: a anulação da dívida nega a essência do conceito de crédito, torna mais aleatória a obtenção de novos créditos e privilegia a má gestão, ao favorecer os "maus alunos". Há ainda o problema da distribuição equitativa dos custos e vantagens entre os interessados.

PROBLEMAS

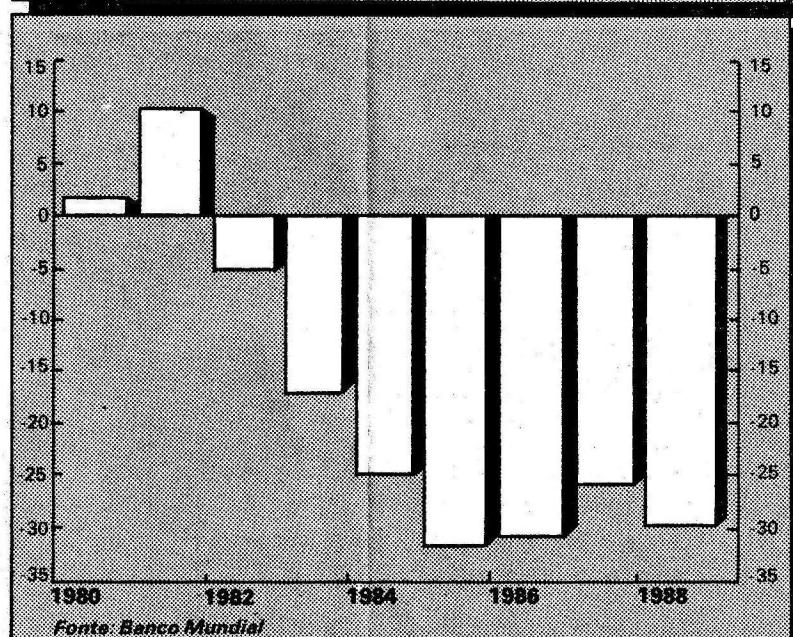
O Plano Brady, prossegue o estudo, terá de enfrentar diversos obstáculos de ordem prática — como quem será beneficiado pela iniciativa norte-americana, qual o calendário para o plano e o percentual de desconto. Também são problemas a obtenção de acordo sobre o waiver (perdão condicional da dívida), entre mais de 400 bancos; as possibilidades de adaptação da diminuição da dívida a uma estrutura financeira (provisões), que variam muito entre os bancos; e a atitude de cada governo em relação aos regulamentos bancários.

Quanto à intervenção dos organismos internacionais, existem igualmente sérios obstáculos de natureza política, jurídica e financeira. É conhecida a rivalidade entre o Banco Mundial (dominado pelos EUA) e o FMI (em que os ortodoxos predominam e o Japão pretende exercer maior influência). A intervenção desses organismos exigirá, eventualmente, modificação dos seus estatutos. O Banco Mundial dificilmente poderá intervir nas operações de buy back (recompra, por um país devedor, da sua própria dívida). O FMI, por sua vez, não pode oferecer garantias aos bancos credores.

Se o Plano Brady oferece boas perspectivas para a gestão da dívida mundial, em nada garante a volta dos fluxos de capitais. Além disso, quando se pensa que a elevação de 7% para 10% da taxa interbancária de Londres (Libor) representa para os países endividados encargo suplementar de US\$ 12 bilhões por ano, conclui-se que o Plano Brady deixou de lado um aspecto importantíssimo: a política das taxas de juro.

Fuga de recursos

Total das transferências líquidas de recursos para os países fortemente endividados (em %)



Estudo do banco Paribas mostra que o Plano Brady não traz garantia de que os países devedores recuperem o fluxo de capitais, em queda desde 82 (acima), nem a cotação das dívidas no mercado secundário (abaixo).

Mercado secundário

Cotação em centavos por dólar do valor nominal



Fonte: Salomon Brothers